

Relatório de Gestão | 2022

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

FUNCIONAMENTO NORMAL

0 CONTEÚDO

0	Conteúdo	2
1	NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
2	Caracterização da Entidade	5
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	5
2.2	Identificação.....	5
2.3	Localização	5
2.4	Tutela: Secretaria Regional de Educação – SRE	5
2.5	Regime Financeiro.....	6
2.6	Legislação.....	6
2.7	RECURSOS HUMANOS	6
2.8	Estrutura organizacional	7
2.9	Missão	10
2.10	Valores	11
2.11	Visão	11
2.12	Órgãos de Administração e Gestão das Escolas.....	11
2.13	Competências.....	12
	Conselho da Comunidade Educativa.....	12
2.14	Perspetivas Futuras	15
3	Recursos Financeiros	16
3.1	Análise da Execução Orçamental.....	16
	Orçamento da receita.....	16
	Estrutura e execução da receita.....	17
	Estrutura e execução da despesa	18
	Evolução da despesa	20
	Encargos assumidos e não pagos	21
	Indicadores orçamentais	21
3.2	Ótica de análise das Demonstrações Financeiras.....	21
	Situação Económica.....	22
	Gastos operacionais	22
	Rendimentos operacionais.....	23
	Financiamento da atividade	24
	Apuramento dos Resultados	24
	Demonstração de Resultados.....	25
	Situação Financeira	26

Balanço	26
Lançamentos de abertura do exercício	27
3.3 Proposta de aplicação de resultados	27

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório visa dar cumprimento à Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, que estabelece a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), no que concerne ao parágrafo 34 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Este relatório apresenta uma caracterização da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, no que respeita à sua missão, atribuições, visão, organograma e recursos humanos.

Este relatório apresenta uma análise financeira às atividades desenvolvidas pela Escola Básica e Secundária de Santa Cruz no decurso do ano 2022, no que respeita ao orçamentado e ao executado. Esta análise tem por base as despesas de funcionamento, que no caso da escola, consubstanciam-se maioritariamente nas despesas com pessoal, mas também noutras despesas correntes e ainda nas despesas de capital.

Concomitantemente, é feita uma análise às despesas do projeto ERASMUS +, para o ano 2022, adiante designados por Projeto ERASMUS, assim como uma análise às despesas com as operações de financiamento, no âmbito da pandemia COVID-19 e às relacionadas com o Instrumento de Recuperação e Resiliência.

O presente documento constitui assim o “Relatório de Gestão” relativo ao ano de 2022, refletindo uma visão geral das operações, do ambiente em que a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz opera e correspondente dinâmica económica e financeira.

Trata-se de um importante instrumento de apoio à gestão desta escola, que pretende fornecer uma imagem fiel e clara dos factos ocorridos no exercício económico em questão, espelhados nas demonstrações financeiras de forma estruturada, tendo em consideração toda a informação relevante que possa ter, em termos de análise e de avaliação da execução financeira, na ótica da contabilidade orçamental e financeira.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz é um organismo público, dotado de autonomia administrativa tendo como missão a educação e formação.

Estatui o artigo 46.º do Orçamento da RAM para 2022 que “durante o ano de 2022, ficam suspensos os fundos escolares previstos nos artigos 31.º a 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de junho, nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário da Região Autónoma da Madeira”, neste caso na Escola Básica e Secundária de Santa Cruz. A fusão por incorporação existe quando uma ou mais entidades, com extinção da sua personalidade jurídica, passam a fazer parte integrante de uma outra, que assume a totalidade dos direitos e obrigações das incorporadas.

2.2 IDENTIFICAÇÃO

Designação: ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

Número de Identificação Fiscal: 671 000 268

2.3 LOCALIZAÇÃO

Morada: Avenida 2 de Agosto de 1996, n.º 2; 9100-235 Santa Cruz

Telefone: 291 520 050

E-mail: ebsscruz@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 43 0 01 07 07

Investimentos do Plano 43 9 50 07 07

2.4 TUTELA: SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – SRE

2.5 REGIME FINANCEIRO

Natureza Jurídica: Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

2.6 LEGISLAÇÃO

Constituição: : Portaria nº 791/75, de 31 de dezembro e Despacho n.º 20/98, da Secretaria Regional de Educação

Orgânica e Funcionamento: Decreto Legislativo Regional nº. 4/2000/M de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 21/2006/M, de 21 de junho.

2.7 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2022 a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, contava com 224 colaboradores, distribuídos de acordo com o Quadro seguinte:

PESSOAL DOCENTE:

a) Quadro Escola	59
Quadro Zona Ped.	90
Contratado	9
Total Pessoal docente	158

a) 3 exercem funções diretivas

PESSOAL NÃO DOCENTE:

Técnico Superior		4
Informática	Técnico de informática	1
Assistentes Técnicos	ASE	3
	Audio visuais	1
	Laboratório	1
	Administrativos	10
Chefe de Departamento		1
Coordenador Técnico		1
Técnico de Apoio à Infância		1
Assistente Operacional	Enc Operacional	1
	Assistentes Operacionais	31
	Programa MAIS	11
TOTAL Pessoal não docente		66

Quadro 1 – Colaboradores da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz

De acordo com o **Quadro 2**, verifica-se que o pessoal docente (70,54%) juntamente com os técnicos superiores (1,79%) representam 72,33%, o que significa que a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, na sua maioria é constituído por pessoal com elevada competência técnica.

O **Quadro 2** apresenta a distribuição dos colaboradores pelas diversas unidades orgânicas que constituem Escola Básica e Secundária de Santa Cruz:

PESSOAL NÃO DOCENTE:

Técnico Superior		4
Informática	Técnico de informática	1
Assistentes Técnicos	ASE	3
	Áudio visuais	1
	Laboratório	1
	Administrativos	10
Chefe de Departamento		1
Coordenador Técnico		1
Técnico de Apoio à Infância		1
Assistente Operacional	Enc Operacional	1
	Assistentes Operacionais	31
	Programa MAIS	11
TOTAL Pessoal não docente		66

O Quadro 2 - Colaboradores por serviço

2.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organigrama da escola compõe-se dos órgãos de direção administração e gestão, estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, segundo o esquema seguinte:

CONSELHO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Representação	Nome
Pessoal docente	Lina Maria Gonçalves Andrade Pestana
Pessoal docente	Magna José Marques Silva Vasconcelos
Pessoal docente	Maria Luísa Santos Senra
Pessoal docente	Cecília Luísa da Silva Gonçalves de Andrade
Pessoal docente	Maria dos Prazeres Gonçalves Liberato
Pessoal docente	Sónia Márcia Sousa Freitas de Freitas
Pessoal docente	Miguel Ângelo de Freitas
Pessoal docente	Norberta Elisa dos Santos Fernandes
Pessoal Não docente	Susana Isabel de Sousa Correia Pereira
Pessoal Não docente	Nélia Margarida Gomes Brasil Caldeira
Associação de Pais	César Augusto Fernandes Gouveia
Associação de Pais	José Roberto Alves Araújo Jardim
Associação de Estudantes	Ana Marisa Soares Alves
Associação de Estudantes	Arelys Beatriz Fernandes Andrade
Representante da Câmara Municipal	Élia Luísa Dias Gonçalves Ascensão
Serv Psicologia e Orient Escolar	Andreia Rubina Gouveia Gomes
Coord Desporto Escolar	Filipa Cláudia Silva Felgueira
Educação Especial	Dulce de Fátima da Silva Freitas Ferreira
Elementos sem direito a voto:	
Pres do Conselho Executivo	Rui Herculano Lobo de Freitas
Pres do Conselho Pedagógico	Élvio de Nóbrega Leça

CONSELHO EXECUTIVO

Cargo	Nome
Presidente	Rui Herculano Lobo de Freitas
Assessora	Maria da Luz de Freitas da Mata
Vice-presidente	Teresa Maria Gouveia da Mata
Assessor	Pedro Manuel Ferreira da Costa
Vice-presidente	Élvio de Nóbrega Leça

CONSELHO AMINISTRATIVO

Cargo	Nome
Presidente	Rui Herculano Lobo de Freitas
Vice-presidente	Teresa Maria Gouveia da Mata
Secretário	José Laurentino Fernandes de Sousa

COORDENADORES DE DEPARTAMENTO

Departamento	Nome
Expressões	<i>Ana Isabel Rodrigues</i>
Ciências Exactas, da Natureza e Tecnologias	<i>Conceição Carvalho</i>
Ciências Sociais e Humanas	<i>Lurdes Fernandes</i>
Línguas	<i>Magna Vasconcelos</i>
Ensino Especial	<i>Jorge Matos</i>

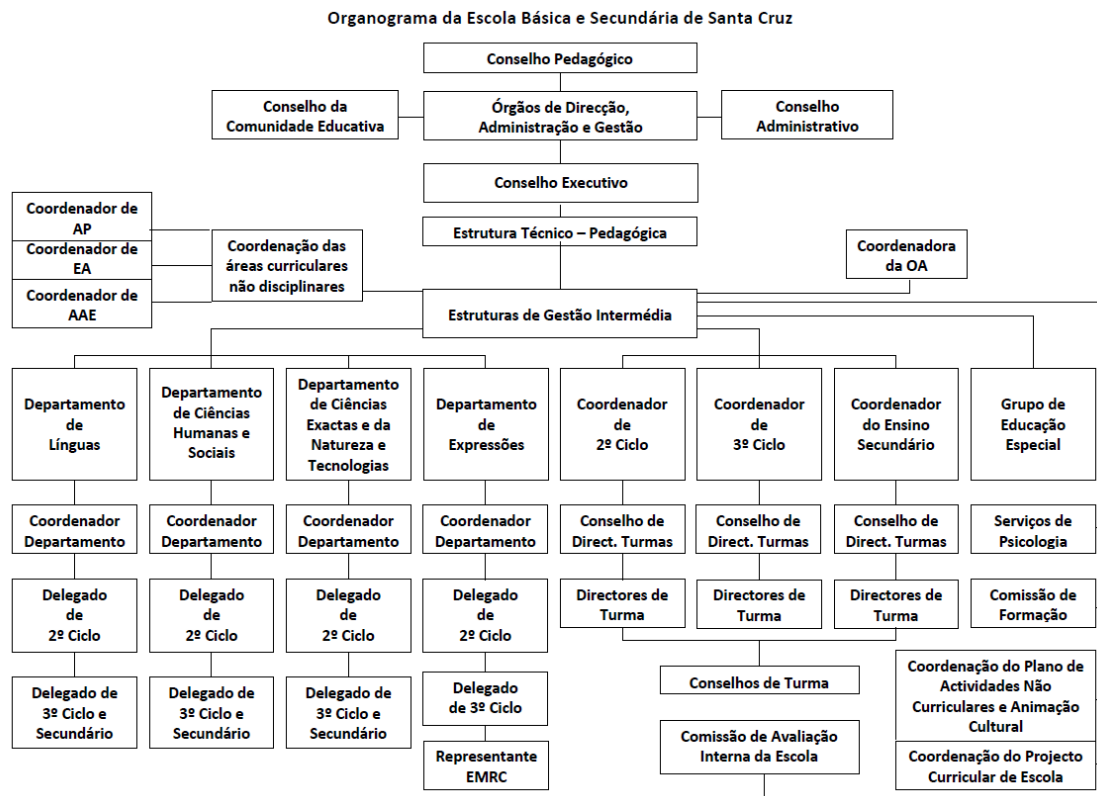
DELEGADOS DE DISCIPLINA

Grupo disciplinar	Nome
História e Geografia de Portugal (2º ciclo)	<i>Irene Antunes</i>
História (3º ciclo/Sec.)	<i>Lurdes Fernandes</i>
Geografia (3º ciclo/Sec.)	<i>José Arlindo Aguiar</i>
Filosofia (Sec.)	<i>Luísa Senra</i>
Português (2º ciclo)	<i>Sónia Vieira</i>
Português (3º ciclo/Sec.)	<i>Mónica Alexandra</i>
Inglês (2º ciclo)	<i>Helena Rocha</i>
Inglês (3º ciclo/Sec.)	<i>Lina Pestana</i>
Francês (Sec.)	<i>Magna Vasconcelos</i>
Matemática (2º ciclo)	<i>Joana Soares</i>
Matemática (3º ciclo/Sec.)	<i>José Horácio Franco</i>
Ciências Naturais (2º ciclo)	<i>Maria dos Prazeres Liberato</i>
Ciênc. Nat./Biologia/CTV (3º ciclo/Sec.)	<i>Conceição Carvalho</i>
Informática	<i>Nuno Vieira</i>
ET / EV	<i>Ana Isabel Rodrigues</i>
Educação Visual	<i>Lília Jardim</i>
Educação Física (2º ciclo)	<i>Filipa Felgueira</i>
Educação Física (3º ciclo)	<i>Alexandra Quintal</i>
Educação Musical	<i>Susana Janice</i>
Eletrotecnia	<i>Nuno Chelas</i>
Educação Especial	<i>Jorge Matos</i>

COORDENADORES DE CICLO

Nível	Nome
2º ciclo	<i>Helena Ornelas</i>
3º ciclo	<i>Helena Pereira</i>
Secundário	<i>Luísa Senra</i>

O organograma da Escola incluindo os órgãos de natureza consultiva e de fiscalização



2.9 Missão

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz tem por missão prestar à comunidade um serviço educativo e formativo de excelência.

- Divulgar o Projeto Educativo de Escola promovendo a interação com a Comunidade Educativa.
- Apoiar as atividades extracurriculares da Escola e intercâmbios a nível nacional e europeu.
- Gerir eficazmente os recursos humanos, materiais e financeiros.
- Fomentar laços de relacionamento entre a Escola e a Família.
- Melhorar as estruturas organizacionais da Escola, assim como a comunicação e o acesso à informação.
- Otimizar os diferentes recursos no sentido do sucesso reduzindo as taxas de abandono, promovendo a disciplina e garantindo a segurança.

- Diversificar oferta educativa indo ao encontro das reais necessidades e apetências dos alunos e do mercado de trabalho.

2.10 VALORES

Os valores constituem um conjunto de princípios fundamentais profundamente enraizados, que orientam as ações pelas quais se reje a nossa escola, tais como a responsabilidade e a disciplina, o rigor e o respeito, a inovação e a perseverança. São estes os princípios fundamentais pelos quais se norteiam os critérios de avaliação no que concerne ao domínio atitudinal, estando igualmente substantivados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, documento de referência transversal e matricial no quotidiano da escola.

2.11 Visão

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz tem como visão promover a formação de cidadãos humanistas, críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, onde seja dada ênfase à competência de aprender de forma autónoma para que, ao longo da vida, deem respostas eficazes às exigências de um planeta onde os desafios de sustentabilidade colocam-se diariamente, onde os avanços científicos e tecnológicos evoluem a um ritmo alucinante, impulsionando o aparecimento de novas profissões e o desaparecimento de outras, onde as relações laborais sofrerão profundas readequações e no qual uma profissão para a vida inteira poderá ser uma miragem, tendo presente os desafios os desafios que se colocam ao município de Santa Cruz, ao nível demográfico, ambiental e económico.

2.12 ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DAS ESCOLAS

O Decreto Legislativo Regional nº.21/2006/M determina os órgãos de Direção, Administração e Gestão da Escola, sendo o órgão de direção o Conselho da Comunidade

Educativa, e sendo o órgão de gestão o Conselho Executivo ou Diretor e o Conselho Pedagógico.

2.13 COMPETÊNCIAS

Conselho da Comunidade Educativa

Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República, na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de participação e representação da comunidade educativa.

As competências do Conselho da Comunidade Educativa são as previstas no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;

- l) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- m) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- n) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

O Diretor/Adjuntos

O Diretor e os respetivos Adjuntos constituem o órgão de gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira.

O Diretor/Adjuntos detêm as competências previstas no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- 1 — Compete ao conselho executivo, ouvido o conselho pedagógico: a) Submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o projecto educativo da escola, mediante a constituição de equipa por si designada para o efeito; b) Elaborar e submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o regulamento interno da escola.
- 2 — No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao conselho executivo, em especial:
 - a) Definir o regime de funcionamento da escola;
 - b) Elaborar o projecto de orçamento, ouvido o conselho da comunidade educativa;
 - c) Elaborar o plano anual de escola e aprovar o respectivo documento final, ouvidos os conselhos da comunidade educativa e pedagógico;
 - d) Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do plano anual de escola;
 - e) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
 - f) Distribuir o serviço docente e não docente;
 - g) Designar os directores de turma;
 - h) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar;
 - i) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
 - j) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, colectividades e outras entidades;

- l) Proceder à selecção e recrutamento de pessoal docente e não docente, salvaguardado o regime legal de concursos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- k) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- l) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;

m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Administrativo

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo da escola, nos termos da legislação em vigor. Compete ao Conselho Administrativo o estabelecido no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual da escola;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.

2.14 PERSPETIVAS FUTURAS

Não obstante a pandemia do COVID 19 ter causado, em 2022, uma interrupção sem precedentes em vários setores de atividade, e ainda que seja previsível, uma desaceleração da atividade económica, a capacidade da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz prosseguir com a sua atividade, quer a curto ou médio prazo, não é posta em causa.

Repare-se que a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz tem por missão prestar à comunidade um serviço educativo e formativo de excelência, no âmbito das competências atribuídas nesta matéria, o que significa que uma desaceleração da atividade económica não colocará em causa o princípio da continuidade das operações desta escola.

A atividade da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, no ano 2022, ficou dependente das recomendações/orientações emanadas pelo Governo Regional relativamente ao COVID-19, promovendo, nomeadamente, o desfazamento dos horários dos alunos, a higienização de todos os espaços da escola, a manutenção dos distanciamentos, desinfecções, e outras medidas constantes no Plano de Contingência da Escola.

Os alunos passam a ter acesso ao Office 365, e a criação de contas de e-mail institucionais, permitindo a partilha de documentos e troca de correspondência entre professores e alunos.

3 RECURSOS FINANCEIROS

Neste capítulo pretende-se analisar e relatar os aspetos mais relevantes do desempenho orçamental e financeiro da escola relativa ao ano económico de 2022 realçando-se, ainda, a evolução das suas principais componentes tendo em conta os dados vertidos nas demonstrações financeiras que a seguir se apresentam.

3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Orçamento da receita

No ano económico de 2022, a Receita Cobrada registou um montante global de 7 737 755,60 EUR, a que corresponde 99,84% face às Previsões Corrigidas, desagregada em Transferências do Orçamento da RAM.

Considerando o “Anexo X”, emitido pela DROT através da Circular nº 5/ORÇ/2021, de 5 de agosto, a fonte de financiamento (FF) com maior expressividade são as provenientes das transferências correntes do Orçamento da RAM respetivamente a fonte financiamento 311.

Estrutura e execução da receita

Estrutura e execução da receita
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

RECEITA	Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Liquidações emitidas	Liquidações recebidas	Estrutura	Execução
CORRENTES	7 533 732,00	7 693 762,00	7 688 385,59	7 688 385,59	99,36%	99,93%
Esforço financeiro nacional (OE)	7 403 175,00	7 518 887,00	7 510 055,35	7 510 055,35	97,06%	99,88%
Estado Receitas Gerais (RG) não afetadas a projetos cofinanciados						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7 085 628,00	7 225 580,00	7 224 191,38	7 224 191,38	99,36%	99,98%
Estado Receitas Gerais (RG)						
04-TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 500,00	1 885,00	1 819,78	1 819,78	0,02%	96,54%
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	232 147,00	206 907,00	191 137,70	191 137,70	2,47%	92,38%
07-VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	51 400,00	62 215,00	71 029,54	71 029,54	0,92%	114,17%
08-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32 000,00	22 800,00	21 876,95	21 876,95	0,28%	98,10%
05-RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	500,00					
Financiamento da UE	130 557,00	174 875,00	178 330,24	178 330,24	2,30%	101,98%
Outros e Saldos de FE						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	130 557,00	171 262,00	169 968,14	169 968,14	2,20%	99,24%
Fundo de Coesão						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3 613,00	8 362,10	8 362,10	0,11%	231,44%
CAPITAL	38 175,00	28 423,00	28 420,90	28 420,90	0,37%	99,99%
Esforço financeiro nacional (OE)	34 998,00	12 060,00	12 059,30	12 059,30	0,16%	99,99%
Estado Receitas Gerais (RG)						
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	34 998,00	12 060,00	12 059,30	12 059,30	0,16%	99,99%
Financiamento da UE	3 177,00	16 363,00	16 361,60	16 361,60	0,21%	99,99%
Outros e Saldos de FE						
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3 177,00	16 363,00	16 361,60	16 361,60	0,21%	99,99%
OUTRAS RECEITAS		28 077,00	20 949,11	20 949,11	0,27%	74,61%
Esforço financeiro nacional (OE)		16 750,00	17 202,27	17 202,27	0,22%	102,70%
Estado Receitas Gerais (RG)						
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		16 750,00	17 202,27	17 202,27	0,22%	102,70%
Financiamento da UE		11 327,00	3 746,84	3 746,84	0,05%	33,08%
Fundo de Coesão						
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		11 327,00	3 746,84	3 746,84	0,05%	33,08%
Total Geral	7 571 907,00	7 750 262,00	7 737 755,60	7 737 755,60	100,00%	99,84%

Quadro n.º 1 – Estrutura e execução da Receita

Analisando o quadro 1 - “Estrutura execução da receita”, verifica-se que as receitas desta escola têm a seguinte distribuição, receitas correntes e receitas de capital.

A receita desta escola concentra-se basicamente nas receitas correntes, com maior evidência nas originárias do esforço financeiro nacional, isto é, as receitas provenientes do orçamento de estado e as receitas provenientes do financiamento da UE.

Relativamente às receitas provenientes do esforço financeiro nacional (orçamento de estado) destacam-se as receitas gerais não afetadas a projetos cofinanciados, maioritariamente procedentes do agrupamento económico 06 - Transferências correntes. A receita originária deste agrupamento económico determinou inicialmente uma previsão no montante global de 7 085 628,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 7 225 580,00 EUR. A receita liquidada e cobrada deste agrupamento, foi no montante global de 7 224 191,38 EUR apresentando assim um grau de execução significativo de 99,98%.

Analogamente a estas receitas, existem também as que tiveram proveniência Receitas Gerais - Dotação com compensação em receita, com principal destaque para as procedentes do agrupamento económico 06 – Transferências Correntes apresentando um montante de 191 137,70 EUR, seguido do agrupamento 07 - Venda de Bens e

Serviços Correntes, apresentando um montante global de 71 029,54 EUR de receita liquidada e cobrada. Seguindo-se do agrupamento económico 08 - Outras Receitas Correntes, apresentando um montante global de 21 876,95 EUR de receita liquidada e cobrada. Ainda, o agrupamento 04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades, com menos expressividade com um montante global de 1 819,78 EUR de receita liquidada e cobrada. Relativamente às receitas provenientes do financiamento da UE, referentes ao agrupamento económico 06 - transferências correntes, apresentam um montante global de 8 362,10 EUR de receita liquidada e cobrada.

As restantes receitas referentes ao agrupamento económico 06 - transferências correntes, apresentam um montante global de 169 968,14 EUR de receita liquidada e cobrada.

Relativamente às receitas de capital, receitas provenientes do esforço financeiro nacional (orçamento de estado) destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados referentes ao agrupamento económico 10-Transferências de Capital com um montante global de 12 059,30 EUR de receita liquidada e cobrada.

No que concerne às restantes receitas de capital, o agrupamento económico 10 - Transferências de Capital apresenta um montante global de 16 361,60 EUR de receita liquidada e cobrada.

Orçamento da despesa

A execução de despesa está diretamente relacionada com necessidades de funcionamento da escola, decorrente do projeto educativo e plano de atividades da escola, podendo a mesma, ser influenciada de forma positiva pela eficiência dos órgãos de administração e gestão, mas por outro lado, pelo desempenho das estruturas de orientação educativa e estruturas de apoio educativo.

Estrutura e execução da despesa

A despesa executada no orçamento relativo ao exercício de 2022 ascendeu ao montante total de 7 724 038,08 EUR, o que correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 99,66% do orçamento corrigido.

Estrutura e execução da Despesa						
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas						
DESPESA	FF2	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Obrigações processadas	Obrigações pagas	Execução
CORRENTES		7 533 732,00	7 721 839,00	7 695 617,18	7 687 457,27	99,74%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)		7 403 175,00	7 535 637,00	7 520 566,51	7 512 406,60	99,80%
↳ 311	↳ Estado Receitas Gerais (RG) não afetadas a projetos cofinanciados					
	01-DESPESAS COM O PESSOAL	7 085 628,00	7 225 580,00	7 224 191,38	7 224 191,38	99,98%
↳ 381	↳ Estado Receitas Gerais (RG)					
	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	218 193,00	184 802,00	177 805,26	169 645,35	2,30%
	03-JUROS E OUTROS ENCARGOS	400,00	93,00	91,49	91,49	0,00%
	04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 554,00	21 012,00	20 900,86	20 900,86	0,27%
↳ 386	↳ Estado Receitas Gerais (RG)					
	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	86 400,00	102 900,00	96 789,31	96 789,31	1,25%
	06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 000,00	1 250,00	788,21	788,21	0,01%
↳ Financiamento da UE		130 557,00	186 202,00	175 050,67	175 050,67	2,27%
↳ 439	↳ Fundo de Coesão					
	04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		14 940,00	5 082,53	5 082,53	0,07%
↳ 483	↳ Outros e Saldos de FE					
	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	130 557,00	171 262,00	169 968,14	169 968,14	2,20%
↳ CAPITAL		38 175,00	28 423,00	28 420,90	28 420,90	0,37%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)		34 998,00	12 060,00	12 059,30	12 059,30	0,16%
↳ 381	↳ Estado Receitas Gerais (RG)					
	07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	34 998,00	12 060,00	12 059,30	12 059,30	0,16%
↳ Financiamento da UE		3 177,00	16 363,00	16 361,60	16 361,60	0,21%
↳ 483	↳ Outros e Saldos de FE					
	07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3 177,00	16 363,00	16 361,60	16 361,60	99,99%
Total Geral		7 571 907,00	7 750 262,00	7 724 038,08	7 715 878,17	100,11%

Quadro n.º 2 – Estrutura e execução da Despesa

Neste orçamento a despesa executada encontra-se distribuída maioritariamente entre duas fontes de financiamento (FF311 e FF386).

A despesa executada concentrou-se basicamente nas despesas correntes e despesas de capital.

A maior relevância verifica-se na fonte financiamento 311, representando assim um peso considerável no orçamento de despesa, com principal destaque para o agrupamento económico 01 - despesas com pessoal, apresentando um montante global de 7 224 191,38EUR absorvendo 99,98% do total da despesa executada, tornando as restantes despesas pouco expressivas. A parte mais significativa desta despesa executada está diretamente relacionada com “Remunerações certas e permanentes” e “Contribuições para Segurança Social” no montante global de 7 141 678,36 EUR.

No entanto, apesar de, com menos expressividade não podemos deixar de referir, os valores relativos à fonte de financiamento 381, e nesta, destaca-se o agrupamento económico 02 - aquisição de bens e serviços correntes, com uma despesa executada no montante de 177 805,26 EUR.

Ainda relativamente à fonte de financiamento 381, as despesas executadas com capital que representaram um montante global de 12 059,30 EUR.

A despesa executada na fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico 02 aquisição de bens e serviços correntes com uma despesa executada no montante de 96 789,31EUR.

Relativamente às despesas com FF 439, referentes ao projeto Erasmus, estas representam um montante executado de 5 082,53 EUR.

Relativamente à fonte de financiamento 483, as despesas executadas apresentam no agrupamento económico 02 -aquisição de bens e serviços correntes um montante global de 169 968,14 EUR.

A despesa executada com capital relativa à fonte de financiamento 483 ascende a 16 361,60 EUR.

Evolução da despesa

A despesa paga no orçamento relativo ao exercício de 2022 ascendeu ao montante global de 7 715 878,17 EUR.

No período de 2022, a despesa paga referente à fonte financiamento 311, concentrou-se basicamente nas despesas correntes, o pagamento nas despesas correntes foi de 7 687 457,27 EUR com maior reflexo no agrupamento económico 01 - despesas com o pessoal no montante de 7 224 191,38 EUR.

Seguindo-se a despesa paga, relativa à fonte financiamento 381, com maior destaque no agrupamento económico 02 - aquisição de bens e serviços correntes, a que corresponde o montante de 169 645,35 EUR.

Relativamente às despesas pagas com capital estas representaram um montante global de 12 059,30 EUR.

A despesa paga da fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico 02 - aquisição de bens e serviços correntes com uma despesa paga no montante de 96 789,31 EUR.

As despesas pagas com a FF 439 referentes ao projeto Erasmus apresentam um montante pago de 5 082,53 EUR.

Em seguida, na fonte de financiamento 483 temos de despesa paga no agrupamento económico 02 - aquisição de bens e serviços correntes um montante de 169 968,14 EUR.

Por fim, a FF 483, a nível de despesas de capital apresentou um montante pago de 16 361,60 EUR.

Encargos assumidos e não pagos

Registaram-se encargos assumidos e não pagos (EANP) no final do exercício económico de 2022, no montante de 8 159,91€. Há também que salientar a existência de compromissos assumidos no montante de 772,70€, não pagos por falta de emissão da fatura do fornecedor.

Indicadores orçamentais

Indicador	Formula de cálculo	2022	2021	Var %
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	Receita cobrada Líquida/Previsões corrigidas	99,84%	96,35%	4%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	99,56%	96,08%	4%
Grau de Realização das Liquidações (%)	Recebimentos / Liquidações	100%	100%	0%
Grau de execução das Obrigações (%)	Pagamentos / Obrigações	100%	100%	0%

Quadro n.º 3 – Indicadores orçamentais

3.2 ÓTICA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste relato serão analisados os factos que julgamos mais pertinentes, comentando-se os aspetos que consideramos mais relevantes.

A realidade económica e financeira da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz é particularmente uniforme na sua dinâmica ao longo dos últimos exercícios económicos, onde se pode verificar que o financiamento da sua atividade principal assenta fundamentalmente, como já foi referido anteriormente, nas transferências do Orçamento da RAM.

Ao nível do registo contabilístico dos fatos patrimoniais, importa salientar que em 2018 a adoção do novo referencial normativo aplicado a contabilidade pública (SNC-AP), implicando um conjunto de ajustamentos transversal em toda a estrutura contabilística da escola.

Situação Económica

Gastos operacionais

Os Gastos Operacionais, registaram um montante global de 7 726 247,03 EUR.

(cfr. quadro infra).

Gastos operacionais	2022	%	2021	%	Varição	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	81 872,44	1,06%	44 462,32	0,60%	37 410,12	84,14%
Fornecimentos e serviços externos	241 333,24	3,12%	231 569,30	3,14%	9 763,94	4,22%
Gastos com pessoal	7 271 595,84	94,12%	7 009 550,30	95,07%	262 045,54	3,74%
Transferências e subsídios concedidos	5 082,53	0,07%	-	-	-	-
Prestações sociais	20 900,86	0,27%	13 807,94	0,19%	7 092,92	51,37%
Gastos de depreciação e de amortização	105 436,28	1,36%	73 929,99	1,00%	31 506,29	42,62%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-	-
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	-	-	-	-	-	-
Outros	25,84	0,00%	-	0,00%	25,84	-
	7 726 247,03	100,00%	7 373 319,85	100,00%	347 844,65	4,72%

Quadro n.º 4 – Estrutura de Custos Operacionais

No ano económico de 2022, o agrupamento mais representativo na estrutura dos gastos operacionais foi o dos gastos com pessoal, representando 94,12% do total de gastos operacionais e que ascenderam o montante de 7 271 595,84 EUR, seguido dos fornecimentos e serviços externos com 3,12% do total de gastos operacionais, a que

correspondeu um montante de 241 333,24 EUR, também os gastos de depreciação e de amortização com um montante de 105 436,28 EUR, representando apenas com 1,36% do total dos gastos operacionais.

Importante será dizer que não foram constituídas imparidades de dívidas a receber.

Rendimentos operacionais

No ano económico de 2022, os rendimentos operacionais resultantes dos movimentos contabilizados, totalizaram um montante de 7 774 863,47 EUR.

Rendimentos operacionais	2022	%	2021	%	Varição	Varição %
Impostos, contribuições e taxas	1 819,78	0,02%	1 965,19	0,03%	-145,41	-7,40%
Vendas	2 970,80	0,04%	45 405,20	0,61%	-42 434,40	-93,46%
Prestações de serviços	89 935,69	1,16%	20 473,04	0,28%	69 462,65	339,29%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	7 641 063,78	98,28%	7 305 338,07	98,70%	335 725,71	4,60%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)						-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						-
Provisões (aumentos/reduções)						-
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)						-
Aumentos / reduções de justo valor						-
Outros rendimentos e ganhos	39 073,42	0,50%	28 143,73	0,38%	10 929,69	38,84%
Total	7 774 863,47	100,00%	7 401 325,23	100,00%	373 538,24	5,05%

Quadro n.º 5 – Estrutura de Rendimentos Operacionais

A rubrica mais representativa na estrutura dos rendimentos operacionais foi a relativa às “Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos”, que ascendeu o valor de 7 641 063,78 EUR, representando um peso aproximadamente de 98,28% do total dos rendimentos operacionais.

Os restantes proveitos têm uma expressão ínfima no cômputo do total dos proveitos, temos as prestações de serviços no montante de 89 935,69 EUR com um peso

aproximadamente de 1,16%, seguido dos outros rendimentos e ganhos no montante de 39 073,42 EUR com o peso aproximadamente de 0,50% (cfr. quadro n.º 5).

Financiamento da atividade

Em 2022 não foram observados gastos nem rendimentos associados ao financiamento da exploração da atividade, facto que se aceita atendendo às limitações colocadas ao nível do endividamento público e às restrições impostas pelas regras da execução orçamental a que as instituições públicas estão sujeitas.

Apuramento dos Resultados

Resultados		2022	2021	Variação	Variação
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	<i>Resultados Operacionais</i>	154 052,72	101 935,37	52 117,35 €	51,13%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	<i>Resultados Financeiros</i>	48 616,44	28 005,38	20 611,06 €	73,60%
Resultado antes de impostos		48 601,00	27 999,42	20 601,58 €	73,58%
Resultado Líquido do Período		48 601,00	27 999,42	20 601,58 €	73,58%

Quadro n.º 6 – Apuramento de Resultado

Demonstração de Resultados



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
POR NATUREZA**

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2022

Original

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
Impostos, contribuições e taxas		1 819,78	1 965,19
Vendas		2 970,80	45 405,20
Prestações de serviços e concessões		89 935,69	20 473,04
Transferências e subsídios correntes obtidos		7 641 063,78	7 305 338,07
Rendimentos/Custos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		-81 872,44	-44 462,32
Fornecimentos e serviços externos		-241 333,24	-231 569,30
Gastos com pessoal		-7 271 595,84	-7 009 550,30
Transferências e subsídios concedidos		-5 082,53	
Prestações sociais		-20 900,86	-13 807,94
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		39 073,42	28 143,73
Outros gastos		-25,84	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		154 052,72	101 935,37
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-305 436,28	-73 928,99
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-48 616,44	28 005,38
Juros e rendimentos similares obtidos			17,52
Juros e gastos similares suportados		-15,44	-23,48
Resultado antes de impostos		-48 601,00	27 999,42
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-48 601,00	27 999,42

Situação Financeira

Balanço



BALANÇO

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2022

Original

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		415 624,81	375 659,48
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		415 624,81	375 659,48
Ativo corrente			
Inventários		5 146,78	4 625,14
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,06	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		1 041 187,79	1 001 049,34
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos por negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		6 460,78	10 894,10
		1 052 735,41	1 016 568,58
Total do ativo		1 468 360,22	1 392 228,06
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital			
Ações (quotas) próprias		58 024,43	58 024,43
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		171 009,23	143 009,81
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido			
Resultado líquido do período		151 587,58	151 838,06
Dividendos antecipados		48 601,00	27 999,42
Interesses que não controlam			
Total do património líquido		429 222,24	380 871,72
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores		8 159,91	2 792,98
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		2 410,67	4 635,47
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			11 980,40
Outras contas a pagar		1 028 567,40	991 947,49
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		1 039 137,98	1 011 356,34
Total do passivo		1 039 137,98	1 011 356,34
Total do património líquido e do passivo		1 468 360,22	1 392 228,06

Lançamentos de abertura do exercício

No âmbito da aplicação novo normativo contabilístico SNC-AP, as primeiras demonstrações financeiras foram preparadas de forma comparativa de acordo com as NCP relevantes, utilizando os modelos emanados no Manual de Implementação.

3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apresenta um montante de 48 601,00 EUR, face ao resultado líquido obtido, o Conselho Administrativo propõe a afetação deste resultado à conta de Resultados Transitados.

Funchal, 29 de março de 2023

O Conselho Administrativo

Rui Herculano Lobo de Freitas

Teresa Maria Gouveia da Mata

José Laurentino Fernandes de Sousa